

# **Amadurecimento das experiências de desenvolvimento sustentável: transformações recentes na APA Igarapé Gelado/PA<sup>1</sup>**

**Neli Aparecida de Mello-Théry**

Universidade de São Paulo (USP) – São Paulo, São Paulo, Brasil  
e-mail: namello@aol.com

**Hervé Théry**

Universidade de São Paulo (USP) – São Paulo, São Paulo, Brasil  
e-mail: hthery@aol.com

## **Resumo**

O objetivo do artigo é abordar vetores e elementos das políticas públicas indutoras dos modelos de desenvolvimento predominantes na região de Carajás/Parauapebas/Marabá, a partir do uso dos recursos naturais locais, das relações cidade-campo e da presença e estratégias de movimentos socioterritoriais na região e na APA Igarapé Gelado. Assim enfatizaremos a) o contexto regional e as políticas federais, destacando a origem e a importância que Marabá tinha em períodos em que conceitos de sustentabilidade inexistiam; b) os assentamentos do GETAT como mecanismo redutor das tensões; c) a criação de cidades, planejadas como a “cidadela” (núcleo urbano) de Carajás ou não (Parauapebas), d) os motivos que levaram o governo federal, junto com a sociedade civil, a investir em projetos de desenvolvimento sustentável como possibilidades de novos modelos de desenvolvimento regional e, finalmente, e) as estratégias dos atores.

**Palavras-chave:** Amazônia; políticas públicas; colonização; cidades; atores.

## **Ripening of sustainable development experiences: recent transformations in APA Igarapé Gelado/PA**

### **Abstract**

The objective of this article is to discuss vectors and elements of the public policies that lead to the predominant development models in the Carajás / Parauapebas / Marabá region, based on the use of local natural resources, city-field relations and strategies of socio-territorial movements. In the region and in the APA Igarapé Gelado. Thus, we will emphasize a) the regional context and federal policies, highlighting the origin and importance that Marabá had in periods when concepts of sustainability did not exist. b) The GETAT settlements as a mechanism to reduce tensions. c) The creation of cities, planned as a "citadel" (urban core) of Carajás, or not (Parauapebas), d) the reasons that led the federal government, together with civil society, to invest in sustainable development projects as possibilities of new models of regional development and, finally, e) the strategies of the actors.

**Keywords:** Amazon; public policy; colonization; cities; stakeholders.

## **Maduración de las experiencias de desarrollo sostenible: transformaciones recientes en la APA Igarapé Helado / PA**

---

<sup>1</sup> Este artigo é parte dos resultados dos projetos de pesquisa – DURAMAZ – financiados pela ANR entre 2007 e 2014, cuja análise detalhada está disponível em "*Et au milieu coule l'Igarapé gelado. Les paysans, la Cooper, la Mairie et la Vale à Parauapebas (Pará, Amazonie brésilienne)*", publicado sob número 00261648v2, <https://halshs.archives-ouvertes.fr/search/index>.

## Resumen

El objetivo del artículo es abordar vectores y elementos de las políticas públicas inductoras de los modelos de desarrollo predominantes en la región de Carajás / Parauapebas / Marabá, a partir del uso de los recursos naturales locales, de las relaciones ciudad-campo y de la presencia y estrategias de movimientos socioterritoriales en la región y en la APA Igarapé Helado. Así enfatizaremos a) el contexto regional y las políticas federales, destacando el origen y la importancia que Marabá tenía en períodos en que conceptos de sustentabilidad no existían; b) los asentamientos del GETAT como mecanismo reductor de las tensiones; c) la creación de ciudades, planificadas como la "ciudadela" de Carajás o no (Parauapebas), d) los motivos que llevaron al gobierno federal, junto a la sociedad civil, a invertir en proyectos de desarrollo sostenible como posibilidades de nuevos modelos de desarrollo regional y, finalmente, e) las estrategias de los actores.

**Palabras clave:** Amazonia; políticas públicas; colonización; ciudades; actores.

## Introdução

Projetos de desenvolvimento sustentável vêm sendo valorizados desde a CNUMAD<sup>2</sup> (1992) notadamente na Amazônia brasileira. São, portanto, mais de 25 anos que ideias vêm sendo transformadas em projetos-piloto na parte brasileira da maior floresta tropical do mundo. O Brasil teve papel pioneiro no estabelecimento de um novo modelo: criação e gestão de áreas protegidas habitadas, no contexto das produções certificadas sobre o plano ambiental, na autorização da gestão de territórios protegidos pelas comunidades locais, na concessão de exploração das florestas nacionais ou ainda a remuneração de serviços ambientais. Há casos de sucessos, mas também numerosos fracassos, muitas vezes devido não apenas a fatores ecológicos, mas aos socioespaciais e econômicos.

Mas, como essas experiências consolidam um novo modelo? Como as populações locais se inserem, se apropriam e transformam suas realidades locais? A dinâmica da sustentabilidade é complexa a apreender e múltiplos fatores interferem simultaneamente.

Nossa análise da percepção de sustentabilidade por pequenos produtores agrícolas, vivendo dentro de uma área de proteção ambiental permeada por conflitos entre atores sociais e atividades econômicas, repousa em uma abordagem geográfica. Na região de Carajás/ Parauapebas/Marabá predominam conflitos fundiários, grilagem, resgates de trabalhadores escravizados e antagonismos entre mineração, seus impactos e outras dinâmicas locais.

---

<sup>2</sup> Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, mais conhecida como Rio 92.

As análises apresentadas neste artigo resultam de dois projetos de pesquisa sucessivos, DURAMAZ<sup>3</sup> e DURAMAZ2. Estes objetivaram identificar e analisar os condicionantes do desenvolvimento sustentável, decodificando treze experiências de projetos classificados como sustentáveis, em ambientes e temas distintos e, no segundo, verificar a permanência do modelo sete anos depois. A compreensão dessas “experiências de desenvolvimento sustentável” nos dois projetos DURAMAZ engloba as políticas públicas realizadas desde 1992 dentro desta linha, bem como as experiências promovidas pelas cooperativas locais, as comunidades, as ONG etc., que estabelecem uma dimensão simultaneamente ecológica e social. A metodologia básica foi a pesquisa de campo e uma abordagem sócio-temporal das dinâmicas territoriais, tendo como foco um dos lugares de realização destas políticas – APA do Igarapé Gelado – e os grupos humanos envolvidos.

Para a obtenção de dados primários foram usados, predominantemente, questionários e entrevistas aos atores locais. Enquanto para as entrevistas adotou-se a abordagem pela história de vida, as perguntas dos questionários trataram de aspectos mais diretos como suas percepções e participação em projetos de desenvolvimento sustentável, tipo e comercialização da produção em área de proteção ambiental, entre outros. Os questionários (idênticos nos treze casos estudados) foram posteriormente analisados quantitativa e qualitativamente de maneira comparativa. E, evidentemente, para a compreensão da atualidade não se pode dispensar o conhecimento do processo de ocupação e transformação socioeconômica e ambiental da região, também via livros e artigos científicos.

### **As origens da região de Marabá: a exploração de recursos naturais e a questão política**

Pode-se dizer que a origem de Marabá está ligada a um conflito político ocorrido em 1892 em Boa Vista do Tocantins (atualmente Tocantinópolis) que resultou na emigração de Carlos Leitão, da sua família e de alguns amigos. Eles desceram o rio Tocantins, se instalaram na beira do Itacaiúnas, um de seus afluentes (KLUCK, VON ATZINGEN, RAMOS et al., 1984, p. 40) e deram o nome de *Burgo Agrícola do Itacaiúnas* à aldeia criada em agosto de 1895. Contaram com o apoio do governo do estado do Pará, por meio de uma subvenção que visava fixar uma pequena população agrícola. Um ano mais tarde, já eram 222 habitantes voltados

---

<sup>3</sup> Os projetos DURAMAZ, realizados entre 2007 e 2010 e posteriormente entre 2012 a 2016, tiveram recursos da ANR Agence Nationale de la Recherche e foi constituída por equipes multidisciplinares, dentre as quais os dois autores. Dois livros e vários artigos científicos foram publicados durante este período.

à exploração do *caucho* (*Castilloa ulei*), uma árvore produtora de látex (parecida à *hevea*) e à castanha do Brasil, os dois produtos objetos de uma forte demanda internacional.

A exploração desses recursos estimulou a migração de centenas de pessoas originárias de Goiás, Ceará, Maranhão e outros Estados do Nordeste. Esse crescimento suscitado por uma atividade comercial provocou a monopolização da compra de látex por alguns operadores que as despachavam pelo rio Tocantins. O nome Marabá foi dado ao estabelecimento comercial instalado na confluência do Itacaiúnas com o Tocantins por Francisco Coelho em 1898, inspirado em um poema de Gonçalves Dias. Após a morte de Carlos Leitão, a pequena aldeia inicial entrou em declínio, tendo a sede da mesma sido transferida ao confluente, quando adotou oficialmente o nome de Marabá em 1904.

A exploração predatória do *caucho* continuou até 1919 quando ocorreu uma queda de preços no mercado internacional e em razão de um conflito político local a produção de castanha a ultrapassou (VELHO, 1972, p. 47). A população não tinha alternativa e essa mudança não alterou em nada as opções econômicas, ao contrário, isso fortaleceu a “vocaçãõ” da região à exploração de recursos naturais.

Entre 1920 e 1925 a coleta de castanha continuou ativa nas imediações da vila, entre dezembro e junho, com mais intensidade até março, período onde as águas altas facilitavam o transporte fluvial. Mas, quando a coleta se deslocou em direção a zonas mais distanciadas, onde os trabalhadores passavam semanas seguidas, tornou-se necessário fazer investimentos maiores para obter um controle mais eficaz da produção e apareceram os *barracões* (estabelecimentos comerciais de compra e venda de castanha). Esse comércio criou uma nova elite que, entrando na política, modificou as relações locais de poder. O controle da produção estava majoritariamente nas mãos dos sírios e libaneses, que também possuíam estabelecimentos agrícolas, dominavam a comercialização de alimentos, o transporte fluvial e a produção de motores e barcos (VELHO, 1972, p. 55).

Nas primeiras décadas do século XX, o sistema econômico e político que tinha se desenvolvido na região estava próximo do coronelismo, a velha prática que se caracteriza pela dominação, sobre a vida política local, de uma ou várias famílias que disputam o controle das instituições do Estado em benefício de seus próximos. A grilagem de terras, a concentração de poderes políticos e a troca de favores são as características marcantes dessa forma de vida política.

O estatuto fundiário dos *castanhais* (zona de concentração de árvores de castanhas do Brasil) foi alterado: de zonas concedidas pelo Estado até aquele momento, se tornaram, por meios legais, propriedades privadas. Esta transição foi controlada pelos interesses políticos e evidentemente, favoreceram aos aliados locais da oligarquia. Coube aos prefeitos

autorizar a conversão dos castanhais em propriedades privadas e se beneficiarem da oportunidade de minarem seus adversários e fortalecer seu poder.

Nessas primeiras décadas a vila se desenvolvia lentamente, visto que sua estrutura urbana era extremamente precária. Alguns conflitos entre os produtores de caucho e seus empregados originaram a primeira intervenção do governo do Estado que, em 1904, fundou a subprefeitura, fato que implicava também a criação de um posto de polícia. Era preciso afrontar sérias dificuldades, como as inundações periódicas, especialmente as de 1906 e 1910, que destruíram os barracões e os alojamentos situados nas margens dos rios. Os conflitos entre as oligarquias, a falta de equipamentos urbanos e de representantes do Estado favoreciam um clima de instabilidade e de rebelião.

Estes confrontos enfraqueceram a relação da cidade com o governo do Pará e líderes políticos locais começaram mesmo, em 1908, as negociações para anexar a região ao Estado de Goiás. Essa pressão política permitiu que eles conseguissem fazer de Marabá um Distrito.

A autonomia municipal somente foi acordada em 1923, com a anexação da vila de São João do Araguaia e, no ano seguinte, Marabá já contava dois mil habitantes. No decorrer dos anos 1920 a cidade recebeu alguns equipamentos urbanos como a eletricidade (1929), o mercado municipal (1931), o aeroporto (1935) e um grupo escolar (1939). Em 1940 a cidade já tinha uma população fixa de 2.984 habitantes.

Em meados dos anos 1930, descobriu-se diamantes em Praia Alta, próximo da embocadura do rio Tauari. A partir de 1930, a população local iniciou a alternância de suas atividades, coletando castanhas do Brasil durante o inverno (a estação da seca) e se tornaram garimpeiros de diamantes em águas baixas. Em 1940 foram extraídos milhares de quilates e o fluxo migratório continuou até 1942, mas desde 1944 a produção de diamantes de superfície diminuiu e foi preciso utilizar escafandros (MORAES, 1998, p. 72). Graças a esta atividade, Marabá sobreviveu economicamente durante a segunda guerra, um difícil período, pois a Europa estava devastada e os Estados Unidos eram o único cliente. Marabá contribuiu ao esforço de guerra produzindo cristal de rocha, utilizado em rádio transmissão, para controlar e estabilizar a frequência de ondas sonoras.

A população de Marabá era 6 mil habitantes em 1955 e na década seguinte houve um aumento considerável. O aumento demográfico da década 1960-1970 só não foi maior em decorrência da perda dos distritos de São João do Araguaia e de Santa Isabel, desmembrados de Marabá na criação do município de São João do Araguaia.

O período 1960 a 1985 caracterizou-se pelo crescimento acelerado e por uma mudança das instituições e das infraestruturas, que alteraram completamente as condições do crescimento econômico. Como exemplo podem ser enumerados a “Operação Amazônia”,

pela qual o governo militar que chegou ao poder pelo golpe de Estado de 1964 decretou uma série de normas e de estatutos novos: a SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia), criada em 1953, tornou-se SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), à qual foi atribuída a função de gerenciar e determinar os critérios de distribuição dos subsídios fiscais do FINAM (Fundo de Investimentos da Amazônia) oriundos do FIDAM (Fundo para Investimentos Privados no Desenvolvimento da Amazônia). Ao Banco de Crédito da Amazônia (BCA) foi delegada a função de banco de desenvolvimento, análoga ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB). No Pará, em 1975, a maior parte dos recursos de capital foram destinados à indústria (60%), os serviços absorveram cerca de 25% e o setor agropastoril 12%.

Com a abertura da rodovia Belém-Brasília, a partir de 1960, inicia-se o processo de integração nacional que ligaria, enfim, o Pará ao restante do território brasileiro por via terrestre, e não apenas por via marítima. Em 1970, o governo federal lançou o Programa de Integração Nacional (PIN) com o slogan “A Amazônia, uma terra sem homens para homens sem-terra”. A ocupação da região, favorecida pela distribuição de lotes de terra, atraiu os migrantes do Nordeste. Este movimento migratório gerou o crescimento demográfico, mas sem fixação do homem à terra pois muitos colonos vendiam os lotes pouco depois de sua obtenção, em razão da falta de apoio técnico ou da baixa fertilidade dos solos. Entretanto, o crescimento do mercado urbano favoreceu a pecuária para o consumo de carne.

Em 1970 a região atraiu militantes do PCB (Partido Comunista Brasileiro), hostis aos governos militares e que acreditavam que a revolução brasileira deveria ser iniciada a partir do campo, com focos espalhados pelo país. Os guerrilheiros integraram-se aos pequenos agricultores, fomentaram a discussão sobre a propriedade da terra e os abusos dos militares. Suas atividades tiveram início em 1972 e duraram até 1975, quando o Exército com aproximadamente 10.000 soldados, cercou algumas dezenas de combatentes e os poucos agricultores que os apoiaram. Com a chegada das tropas do Exército à São Geraldo do Araguaia, todas as localidades nas proximidades foram consideradas como setor de segurança nacional, sobre o controle direto do Exército. Três campanhas militares se sucederam e a última provocou a eliminação física dos guerrilheiros (cerca de 70 guerrilheiros e agricultores), incluindo os prisioneiros e, exercendo uma forte coerção sobre a população com o objetivo de impedir a sobrevivência da guerrilha.

A lei de segurança nacional, além de seus aspectos militares e político-administrativos, tinha uma dimensão econômica, destacando-se a implantação do Programa Grande Carajás (PGC) e a barragem de Tucuruí.

*A exploração de recursos minerais*

A riqueza da região em recursos minerais já era conhecida desde a época da exploração de diamantes e cristais. As formações geológicas, responsáveis pelas grandes clareiras existentes na floresta densa, identificadas em fotos aéreas, já tinham despertado a atenção do geólogo Breno Augusto dos Santos. O reconhecimento geológico na área da Serra de Carajás confirmou a existência de enormes depósitos de minério de ferro, em 31 de julho de 1967. Estas reservas são estimadas em 18 bilhões de toneladas, suficientes para mais de 200 anos de exploração, considerados os atuais ritmos de produção.

Atualmente a exploração mineral não se concentra sobre a produção de ferro, visto que novas minas de cobre e bauxita se desenvolveram a partir do ano 2000. Para proteger estas reservas foi criada uma série de áreas de proteção, incluindo duas Florestas Nacionais (que incluem as jazidas), uma reserva biológica e mais tarde, uma área de proteção ambiental para cobrir o flanco norte, por onde passa a via férrea, além da reserva indígena Xicrim do Cateté.

Antes mesmo de iniciar a exploração do minério de ferro, uma verdadeira corrida do ouro, tocou a região com as descobertas da Serra Pelada, em fevereiro de 1980, quando pepitas de ouro foram encontradas na Fazenda Três Barras, de Genésio Ferreira da Silva, em uma localidade conhecida como Açaizal. Em menos de dois meses o local foi ocupado por 10 mil garimpeiros e, desde os primeiros meses se infiltrou entre eles o comandante Curió, o mesmo representante do Serviço Nacional de Informações (SNI) que tinha contribuído para a queda da guerrilha do Araguaia. Em pouco tempo ele fez um relatório para a Presidência da República propondo a intervenção do Estado. Desta vez ele não estava sozinho como representante do governo: chegaram com ele a Caixa Econômica (compradora do ouro) e outras instituições estatais como os Correios, a Sociedade Telefônica, a Cobal (Sociedade Brasileira de Alimentos), a SUCAM (Fiscalização das campanhas de saúde pública), o hospital FSESP (Fundação Serviços de Saúde), a Polícia Federal e a Polícia Militar.

O controle dos acessos à Serra, onde se instalou uma guarita da Polícia Federal impedindo a entrada de carros e de toda pessoa não autorizada, permitiu monitorar o número de garimpeiros de diamantes. Mesmo com todo este aparato de contenção, estimou-se em 51.000 o número de *furões* (garimpeiros não registrados), que se uniram aos 49.000 trabalhadores registrados. Com o passar do tempo começou a se desenvolver uma pequena infraestrutura (armazéns, açougues, igrejas de diferentes cultos), porém, a cada final de semana os garimpeiros se deslocavam, em centenas, na direção de Parauapebas e Curionópolis, as aglomerações mais próximas, que ainda não haviam se emancipado de

Marabá. Estes garimpeiros procuravam o que não encontravam em Serra Pelada: as bebidas alcoólicas e mulheres.

### **Os loteamentos do GETAT (Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins)<sup>4</sup>**

O Programa Grande Carajás (PGC) implicava vários tipos de ação, no âmbito do processo de integração nacional, incluindo a criação de assentamentos agrários promovidos pelo governo federal. Além do povoamento da Amazônia, seu objetivo era o de produzir alimentos para os centros urbanos mais próximos e reduzir os conflitos fundiários na região, os quais causavam instabilidade e violência.

Em 1982, o governo federal, por meio do GETAT, implantou o Projeto de Assentamento (PA) Carajás na região Sudoeste do Pará para 1.555 famílias de colonos vindos principalmente dos estados do Maranhão, Tocantins e Goiás. Três Centros de Desenvolvimento Regional (CEDERE) foram implantados sendo o primeiro o PA Carajás 3 (Cedere 1, em 1983) próximo de Parauapebas, onde habitavam os técnicos responsáveis pelo acompanhamento do projeto. O segundo, PA Carajás 2, mais conhecido como Cedere 2, se localizava onde atualmente se encontra a cidade de Canaã de Carajás, o qual devia ser um polo de abastecimento. E, finalmente, as últimas famílias selecionadas para o projeto chegaram no começo de 1985, para ocupar um setor mais próximo da Serra Norte, o PA Carajás 1, mais conhecido como Cedere 3, atual Vila Ouro Verde.

O que explica a diferença de desenvolvimento entre os três Cederes foram suas concepções, funções e estruturas, além da dificuldade de acesso ao Cedere 3, que, implicava transpor o rio Parauapebas que, na época, não tinha pontes.

Em geral no início do projeto, as terras ocupadas tinham ainda florestas, à exceção de algumas regiões onde vivem pessoas que haviam chegado nos anos 1970 e 1980. As terras eram propriedade da União, exceto duas fazendas que foram ocupadas um pouco mais tarde. O GETAT enviou funcionários em cidades de vários Estados do país, recrutando pessoas para participar no Projeto de Assentamento. A escolha das pessoas que seriam aceitas no projeto era feita por assistentes sociais e consistia em um exame médico e uma entrevista destinada a saber se o candidato tinha alguma aptidão para a agricultura e se ele

---

<sup>4</sup> Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins, criado em 1980 e extinto em 1987 em reação contra os conflitos violentos por terra que ocorreram entre os rios Araguaia e Tocantins próximas à província mineral de Carajás. Este organismo, com sede em Marabá e que dependia diretamente do Conselho de Segurança Nacional, tinha por objetivo tranquilizar os investidores. Ele controlava, em um território de 200 000 quilômetros quadrados (incluindo todo o SE do Pará, extremo oeste do Maranhão e parte do Tocantins), as instituições fundiárias da União, notadamente o INCRA (DE REYNAL, 1999).



já não tinha uma propriedade agrícola. Os colonos recebiam lotes de 10 alqueires (50 hectares) atribuídos por sorteio, mas eles tinham um prazo para inspecionar os lugares e escolher outro lote, se necessário.

O projeto previa oferecer uma casa e que os colonos teriam escolas, um dispensário, assistência técnica, rodovias e uma vila (que serviria de centro de apoio aos produtores). Ao seu serviço, igualmente, teria ambulâncias, tratores e caminhões. A família receberia também instrumentos de trabalho (foice, machado, enxada). Além disso, o projeto previa também que nos primeiros meses eles receberiam um salário para esperar até a primeira colheita, assim como alimentos. Fazia parte da estratégia do GETAT instalar os técnicos agrícolas dentro do setor para acelerar a implantação das culturas e ajudar os agricultores vizinhos.

O projeto começou sua fase de decadência quando o general Figueiredo (1979-1985) foi substituído por Jose Sarney (1985-1990), pois não havia mais medicamentos no dispensário, faltava diesel para fazer funcionar os motores, faltava investimentos, pois muitos desses começaram a depender de coletas feitas entre os colonos. Além de todas estas dificuldades, outro motivo das mudanças maciças foi a alta dos preços das terras, que começaram desde o segundo ano: muitos colonos vendiam seus lotes, apesar da menção “não negociável” que figurava sobre o documento de ocupação, à novos migrantes ou a seus vizinhos e partiam para outras regiões, Itupiranga por exemplo, nas quais o dinheiro obtido com a venda permitia-lhes adquirir propriedades maiores.

A migração não se restringia a estes assentamentos e a ocupação agrícola da região se fez por meio do crescimento da pecuária, colocando a questão da terra no centro dos conflitos sociais. Os proprietários das zonas de coleta da castanha do Brasil, que haviam já começado a consolidar a posse da terra, encontraram na pecuária bovina a alternativa à coleta de castanha, visto que a mesma lhes permitia atividades ao longo do ano. A combinação castanha-gado consolidou a grande propriedade e levou à abertura de novos setores, reduzindo a dependência quase exclusiva da castanha. Em pouco tempo a região se tornou autossuficiente em carne e produziu excedentes, exportados para a capital. Os antigos extrativistas tornaram-se a força de trabalho utilizada para a implantação de pastagens e para o cuidado com o gado. O aumento da atividade agravou os conflitos entre produtores pela posse da terra, alguns proprietários se modernizaram e começaram a controlar as zonas de coleta de castanha, onde havia serias dificuldades financeiras. Este processo de concentração da terra reduziu à metade o número (que era aproximadamente 90) e uma boa parte da produção se concentrou nas mãos de seis grandes grupos econômicos.

Do lado dos trabalhadores, as únicas organizações existentes estavam ligadas à Igreja Católica, no final dos anos 1970. Os sindicatos dos trabalhadores rurais tinham fortes restrições e, somente a partir de 1985, relançaram as lutas agrárias e conseguiram negociar,

em 1988, cerca de 300.000 hectares de terra ocupada. A partir deste ato, nasceu a ideia do CAT (Centro Agroambiental do Tocantins) e em 1996, da Fetagri (Federação dos trabalhadores na agricultura). Os acampamentos ganharam nova dimensão, reunindo até 12.000 pessoas e além da questão da terra, reuniram as reivindicações sobre infraestruturas e créditos.

## **A criação das cidades da região**

### *A “cidadela”<sup>5</sup> de Carajás e Parauapebas*

Parauapebas, que deveria ser apenas um setor de alojamento para os empregados da CVRD (Companhia Vale do Rio Doce) ocupados na construção da estrada de ferro, acabou por atrair milhares de migrantes e também os garimpeiros de Serra Pelada e se tornou uma cidade. Desde meados dos anos 1980, os três primeiros bairros foram Rio Verde (o local original da cidade, do lado da rodovia), Cidade Nova e Bairro União (planejados para os trabalhadores da CVRD e seus subcontratados). A rua do Comércio (Rio Verde) tinha somente casas de madeira ou de pau a pique, mas ela cumpria sua função original, a venda de mercadorias aos garimpeiros e trabalhadores da primeira etapa de implantação do Projeto Ferro Carajás. Um brusco crescimento da população ocorreu em 1982 quando uma grande inundação parou os trabalhos dos garimpeiros. Alguns comerciantes decidiram sair de Curionópolis, onde as atividades estavam suspensas, e se instalarem em Rio Verde, onde ocorriam os pagamentos dos salários de Carajás, ao menos a cada semana.

Faltavam todas as infraestruturas de base, o rio era usado para todas as atividades: água para consumo, banho, lavagem de roupas, etc. Por outro lado, a Cidade Nova sempre foi um bairro mais organizado, a CVRD a planejou para o pessoal dos terceirizados e não para seus empregados que viviam no Núcleo Urbano de Carajás, inaugurado em 1988. Ela exigia que as construções fossem feitas em alvenaria, apesar da ausência de tijolos na região. O material de construção vinha de Marabá.

Grave crise foi provocada pela assinatura da Lei Curió, em 1983, quando os garimpeiros bloquearam rodovias de acesso e ocuparam as principais cidades da região. Foi a partir daí que se iniciou o processo de emancipação de Parauapebas, pois o administrador da época, Chico Brito, solicitou ajuda à prefeitura de Marabá, explicando que não mais iria

---

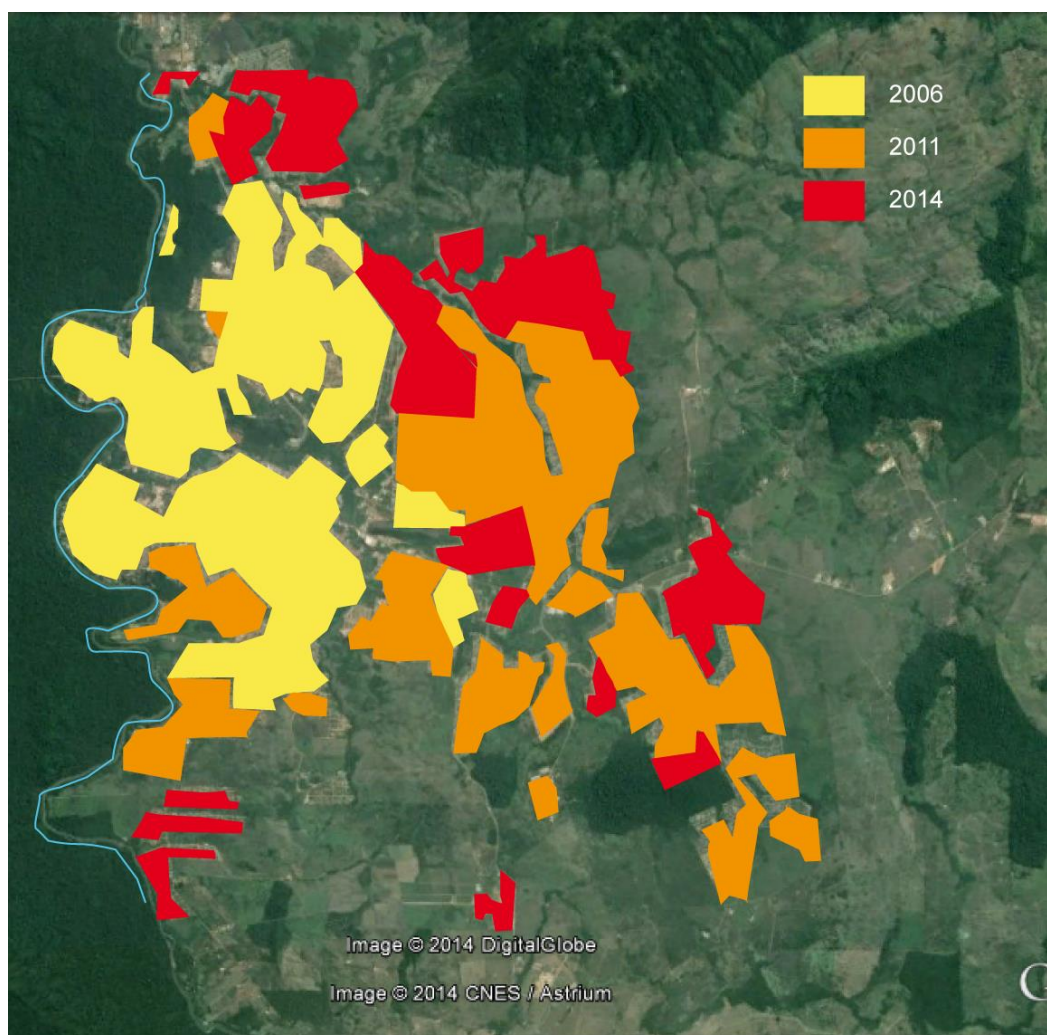
<sup>5</sup> Termo utilizado por Bertha Becker em *Fronteira e urbanização repensadas*. Revista Brasileira de Geografia, 47 (3/4), p. 357-371, Rio de Janeiro, jul./dez., 1985.

assegurar o funcionamento da cidade com os imóveis públicos totalmente destruídos e recebeu uma resposta negativa.

A consulta popular sobre a emancipação ocorreu em 24 de março de 1988, com um resultado de 2% para o “não” e de 111% para o “sim”: como não havia monitoramento, todos podiam votar quantas vezes quisessem... Em 01 de janeiro de 1989 a cidade de Parauapebas foi instalada com a Câmara municipal e a eleição do prefeito (Faisal Faris Mahmoud Salmen Hussain), ocorreu em novembro daquele ano.

Ações importantes marcaram o período 1993-96, quando o segundo prefeito promoveu o acordo com o BID (Banco Interamericano do Desenvolvimento) e a CVRD para o abastecimento de água e coleta de esgotos. Porém, como a cidade quase dobrou sua população no período de 10 anos, o ganho obtido acabou por não atender toda a população. Na primeira década dos anos 2000, a prefeitura foi administrada por prefeitos oriundos dos movimentos sociais locais. No período entre 2007 e 2014 a cidade praticamente duplicou sua área urbana em função de numerosos loteamentos do programa Minha Casa, Minha Vida.

**Figura 1 Crescimento de Parauapebas 2006-2014**



Autoria: Hervé Théry, 2014.

Diferentemente, o Núcleo Urbano de Carajás, criado no modelo das *company-town*, desde sua instalação dispunha de todo tipo de infraestrutura e equipamentos urbanos: das habitações totalmente prontas, adequadas a cada tipo de profissional empregado na CVRD, com ruas asfaltadas, centros médicos e escolas, aos serviços complementares como teatro e até mesmo um aeroporto foi construído. Estes moradores foram transferidos de suas cidades de origem ou contratados para trabalharem na companhia, que, como forma de atração oferecia uma estrutura urbana completa, de onde não precisavam sair, pouco conheciam dos problemas de Parauapebas, na outra margem do rio.

### *Curionópolis, a cidade dos garimpeiros*

Originada na bifurcação do km 30, onde se localizava pequena zona de comércio destinada aos garimpeiros que trabalhavam na Serra Pelada, a cidade teve seu desenvolvimento ligado a ela. Dos primeiros anos de exploração do ouro até 1983, Curionópolis era o centro do movimento dos garimpeiros de ouro: nos fins de semana, depois das atividades de garimpagem, a região era ocupada pelos trabalhadores que procuravam prostitutas e bebidas alcoólicas, interditas na Serra.

Curionópolis, que inicialmente queria se emancipar junto com Parauapebas, em seguida mudou de ideia e decidiu também demandar sua independência. Ganhou sua emancipação de Marabá, em 1988, escolhendo seu nome em homenagem ao comandante Curió. O primeiro pleito ocorreu em 15 de novembro do mesmo ano.

A decadência de Curionópolis iniciou nos anos 1990, com a exaustão de Serra Pelada, que causou o retorno de muitos habitantes para suas cidades de origem. Outro fator que aumentou os problemas foi a emancipação de Eldorado de Carajás em 1991.

### *Eldorado de Carajás, do sonho ao massacre*

Em 1988 a população de Eldorado tinha participado ativamente a emancipação de Curionópolis, porque acreditava que a sede administrativa se situaria na cidade.

Isto não ocorreu e causou um grande desconforto, origem da discórdia que culmina em 1991. Em 28 de abril daquele ano foi realizado o plebiscito de emancipação: 1.415 votos,

30 “não” e 58 “nulos”. Em dezembro de 1991, o governador Jader Barbalho promulgou a lei 5487 e criou a municipalidade de Eldorado de Carajás.

Porém, o fato que será lembrado como um marco foi o massacre de 19 sem-terra, que ocorreu em 17 de abril de 1996. Na entrada da cidade há um monumento formado por 19 troncos calcinados e 19 cruzeiros instaladas diante de um pequeno museu.

### **Possibilidades de um novo modelo regional: os projetos sustentáveis**

Muitas das experiências sustentáveis implantadas na Amazônia brasileira articulam dinâmicas locais às práticas ambientais e lógicas sócio-demográficas das populações em torno da ideia de governança ou de resolução de conflitos. O consenso global de que desenvolvimento sustentável se sustenta sobre três dimensões (econômica, social e ambiental) e que busca não comprometer as escolhas das gerações futuras, permite, há mais de 25 anos, aos organismos nacionais e internacionais, às administrações públicas e às ONG reivindicar para suas ações. O meio ambiente e sua proteção é o pilar mais sólido sobre o qual repousa todos os projetos.

A questão da sustentabilidade foi precocemente integrada nas políticas públicas brasileiras (MELLO, 2002). Simultaneamente, as ONG utilizaram este campo de ação para afirmar sua posição de atores imprescindíveis do desenvolvimento (LACHARTRE e LÉNA, 2002), sendo frequentemente financiadas pelos fundos internacionais e ocupam uma parte importante do campo científico (DOUROJEANNI e PÁDUA, 2001), produzindo contribuições de alto valor pelo conhecimento dos meios amazônicos ou de suas populações. Servindo-se destes conhecimentos, elas empreenderam a implantação de projetos locais sustentáveis (MANCIN, 2001; MELLO, 2002, ANTONI, 2008). Muitos destes projetos utilizam abordagem de mercado como um instrumento para melhorar as condições de vida das populações e assegurar a manutenção de práticas duráveis na gestão do espaço, servindo-se de políticas de certificação ambiental. Nem sempre tais experiências são casos de sucesso, especialmente quando as mesmas não representam os modelos culturais locais, colocando em risco a sustentabilidade dos próprios projetos.

Para a evolução e consolidação dos projetos sustentáveis estas políticas foram fatores dominantes: grandes projetos de iniciativa governamental, com financiamentos ou doações externas, ao lado de ações mais modestas apoiadas pela Igreja, associações caritativas, ONG.

Setorialmente, as políticas públicas ambientais incorporaram a dimensão socioambiental da sustentabilidade, priorizando a implantação de algumas centenas de

projetos pelas ONG, cooperativas, associações, prefeituras municipais. Alguns projetos em execução, financiados pelo BIRD, aproveitaram as revisões de meio termo (para a Amazônia, o Prodeagro e o Planaflo, por meio das iniciativas comunitárias). As novas doações como o PPG7, já incorporou em seu modelo, o financiamento das iniciativas locais via projetos demonstrativos.

Desde os anos 40 do século passado a região amazônica tem sido inserida nas políticas públicas governamentais. A partir dos anos 1970 uma sucessão de planos e programas governamentais foram implantados, grande maioria, de maneira parcial: I e II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) e os programas inclusos em seu interior como o de Integração Nacional (PIN), Programa de Polos Mineralógicos e Agropecuários (Polamazônia) e o Programa Grande Carajás (PGC). Após o final da ditadura, os governos civis continuaram as ações públicas via Brasil em Ação, Avança Brasil, Brasil para todos e os Planos de Aceleração do Crescimento (PAC) todos incluíram grandes obras de infraestrutura (portos, usinas hidrelétricas, etc.), mesmo que tenha havido também (parcos) recursos para políticas como a de áreas protegidas ou as ambientalizadas como a de conservação da biodiversidade ou a do sistema nacional de unidades de conservação. Em 2008 o Plano Amazônia Sustentável (PAS)<sup>6</sup> incorporou ações comunitárias do Amazônia Solidária e, em 2010 substituiu o PPG-7, visava implantar um “desenvolvimento ambiental sem exclusão social” colocando a população no centro dos investimentos públicos para a região. O PAS inicial, sob a gestão do MMA (Ministério do Meio Ambiente), promoveu entre 2004 e 2008, numerosas reuniões públicas na região, cujas ações incluíam o planejamento e ordenamento territorial, infraestrutura, apoio à produção, inserção social, apoio às instituições, a proteção e gestão ambiental. Em 2008 foi deslocado para o Ministério do Planejamento.

O MMA implantou também o Plano de prevenção e luta contra o desmatamento (PPCDAM – 2004-2011) priorizando ações de ordenamento territorial e, sobretudo, de regularização dos títulos de propriedade. Várias medidas foram adotadas e estimularam o aparecimento de MP para a regularização fundiária a quais foram transformadas na lei 11.952, de 25 de junho de 2009.

### *As iniciativas locais*

---

<sup>6</sup> O PAS aprovado em 2008 foi oriundo do Termo de Cooperação firmado em 2003 entre a Presidência da República e alguns dos governadores dos estados da região amazônica, sob a coordenação de Marina Silva, ministra do meio ambiente.

Dentre os recursos do PPG7, o subcomponente PD/A (projetos demonstrativos, tipo A)<sup>7</sup> destinava-se a projetos de associações, cooperativas, municípios e, segundo Mancin (2001) teve grande aceitação permitindo que tornasse um modelo tanto para outros projetos, como para os atores locais. Redes socioambientais e técnicas como o GTA, COIAB, FETAGRI participaram do comitê de gestão e difundiram os critérios do PD/A. Estimularam também a elaboração e implantação de atividades para sistemas agroflorestais e de exploração de recursos não madeireiros, transformação de recursos naturais locais (frutos, castanha, açaí, etc.) em produtos de consumo. Foram experiências que permaneceram por muito tempo, as quais podemos considerar de médio a longo prazo.

Praticamente em todos os projetos a inovação era a estimulação à prática da governança. O sucesso de muitos destes projetos deveu-se à sólidas bases comunitárias existente, constituídas anteriormente nos Estados do Maranhão, Pará, Acre e Mato Grosso.

No Pará foram identificados oito polos regionais: Marabá, Rede Frutos do Cerrado, Transamazônica, Eixo BR364, Purus, Baixo Amazonas, Sul do Amapá, Nordeste do Brasil. Parauapebas foi um dos oito municípios integrantes do polo de Marabá, no qual foram financiados modelos agroflorestais e também atividades de transformação e comercialização destes produtos.

Em Parauapebas, os projetos datam dos anos 1990, especialmente disseminados por meio do PPG7. Considerado um programa pioneiro em alguns aspectos, como o modelo pluri-institucional de planejamento e gestão, integrou a variável proteção da natureza no processo de desenvolvimento e ampliou a participação da sociedade organizada, via Grupo de Trabalho Amazônico – GTA.

As dinâmicas nas zonas de agricultura familiar (Parauapebas – APA do Igarapé Gelado) e as interações com os projetos de desenvolvimento sustentável são bastante visíveis. Estas dinâmicas mostram um conjunto de mutações complexas que resultam tanto de ações espontâneas como de mudanças relacionadas ao clima.

### **As estratégias dos atores na APA do Igarapé Gelado**

Os atores locais – COOPER (Cooperativa Mista dos Produtores Rurais da Região de Carajás), a Vale, a Prefeitura, o ICMBIO (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), a APROAPA (Associação dos produtores rurais da Área de Proteção) - foram

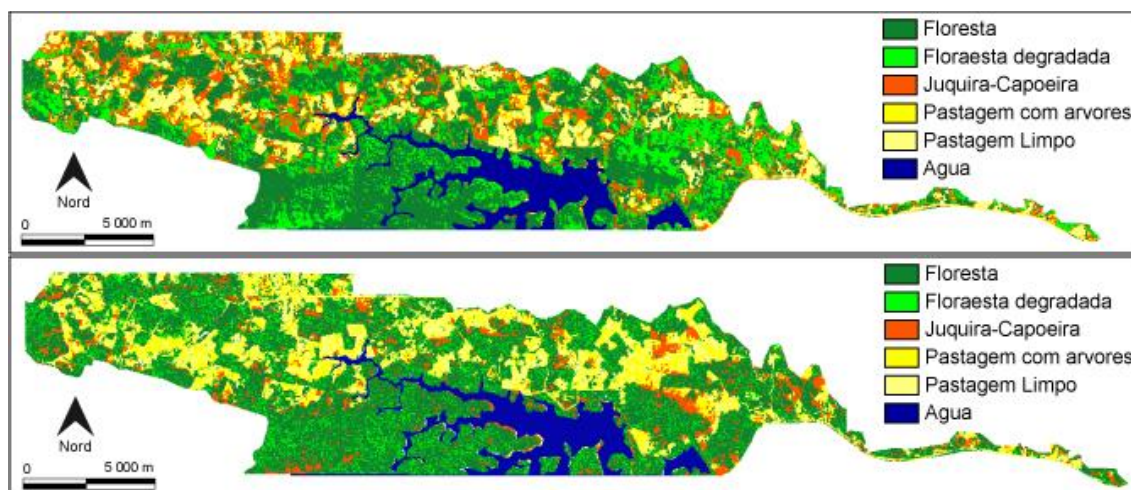
---

<sup>7</sup> Os recursos do PDA foram provenientes da Cooperação Financeira da República Federal da Alemanha por meio do Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW, do Fundo Francês para o Meio Ambiente Mundial - FFEM, da União Europeia e do Fundo Fiduciário para o Programa Piloto (PPG-7), administrado pelo Banco Mundial.

identificados pelo DURAMAZ assim como as condições socioambientais locais de implantação dos projetos que visavam a sustentabilidade socioambiental, sendo a COOPER o ator mais estratégico e mobilizador. Na Área de Proteção Ambiental (APA) do Igarapé Gelado, entre 2007 e 2014 as transformações foram importantes.

As mutações espaciais na APA do Igarapé Gelado são percebidas por meio da comparação de imagens de satélite nos dois períodos.

**Figura 2 Uso do solo na APA em 2007 e 2014**



Autoria: Solen Le Clec'h, 2014.

Destaca-se a transformação no uso do solo pois houve aumento de áreas agrícolas como resultado da extensão de plantações frutíferas (cupuaçu, açaí, maracujá e outros) e novas áreas de exploração nos interflúvios planos. Identifica-se também uma dinâmica de reconquista de áreas de pastagens degradadas para a agricultura, em razão do projeto PADEQ/PD-A (Projeto Alternativas ao Desmatamento e Queimadas, vinculado ao PD/A, iniciado em 2005), que proibiu o fogo e o desmatamento e contribuiu para o plantio de mandioca, frutas e milho e melancia em rotação. Os produtores moradores da APA possuíam também gado, uma média de 30 cabeças, segundo os dados de 2007, embora enfrentassem dificuldades, incluindo entre elas períodos de maior seca, que se intensifica com o ciclo de vida das pastagens locais. A mudança de técnicas permitiu reduzir as pastagens e a pressão exercida pelo gado. Assim, os resultados do PADEQ foram positivos tanto do ponto de vista ambiental, com a interdição de uso do fogo e do desmatamento, como para a diversificação da produção.

Outra estratégia utilizada pelos atores locais relaciona-se às mudanças nos sistemas de produção com o desenvolvimento de culturas comerciais, especialmente a fruticultura, em detrimento da produção de alimentos para consumo doméstico. A COOPER (criada em 1997) comprava, em 2007, a quase totalidade dos frutos (cupuaçu, açaí, acerola, maracujá)



produzidos na região e mantém uma forte ação social. A garantia de compra estimulou tanto o crescimento de plantações já existentes como o aparecimento de novas, muitas vezes, substituindo outras produções agrícolas menos rentáveis ou, até mesmo, a pecuária, em crise.

Um balanço sobre os efeitos positivos de projetos de desenvolvimento sustentável na região e na APA mostra alguma melhoria na renda de agricultores, ainda que distinta segundo o sistema adotado (somente agricultura, agricultura e pecuária, pecuária) e a diversificação de sistemas de produção locais, atingindo entre 3 e 6 vezes a renda anterior (DE REYNAL, 1999; POCCARD-CHAPUIS, 2004; VEIGA, OLIVEIRA e BENTES, 2007).

Do ponto de vista da sociedade local e de sua participação, ainda que esta seja reduzida, contribui para se ter boa percepção destes projetos, pois os agricultores mais engajados podiam se fazer representantes da comunidade em geral. Por outro lado, o fato de se exprimirem nas reuniões voltadas para a difusão de informações e ampliação da governança, lhes fortalece a opinião dos bons resultados.

Outro aspecto positivo foi o crescimento da ação e da influência da COOPER junto aos produtores. Parte dos produtores que vendiam seus frutos somente para esta cooperativa, atingia entre 50 e 60% de sua renda com a produção de frutos, e que afirmava a melhoria de sua situação financeira, enquanto outro grupo de produtores que visava completar sua renda, vendia somente o excesso de sua produção. A COOPER exercia um papel importante junto aos pequenos produtores, não apenas pelo transporte e armazenamento gratuito dos frutos, mas também pela compra da totalidade da produção de seus associados, a um preço fixo.

Os produtos transformados (polpa, bombons, etc.) pela COOPER foram preferencialmente vendidos em Parauapebas, entretanto, a direção desta cooperativa trabalhava no sentido de melhorar a organização da colheita e se tornar um polo estruturante da cadeia frutífera e de uma rede de cooperativas frutícolas na Amazônia oriental, fundamentada no comércio solidário, já influenciava a microrregião de Parauapebas e a parte ao sul de Marabá.

Alguns investimentos previstos poderiam modificar, ainda mais, as dinâmicas internas existentes na APA Igarapé-Gelado: o asfaltamento da rodovia que passa nos limites da APA e que permitirá a exploração do cobre pela Vale, a compra de 150 hectares para uma nova área para moradia dos funcionários da mina, a construção de um posto de gasolina. Estes fatores podem também contribuir para a especulação fundiária, a chegada de novos invasores, o desaparecimento da agricultura familiar, contradições já indicadas por Théry (2005), as quais poderiam engendrar diversos tipos de conflitos entre desenvolvimento e conservação ambiental.

Os projetos implantados na APA tiveram um efeito incontestável de diversificação dos sistemas de produção agrícola e com alternativas às queimadas e ao desmatamento. No

entanto, há outros obstáculos e entraves que reduzem a eficácia dos mesmos e a criação de um novo modelo, na lógica da sustentabilidade. A situação da APA é rara na Amazônia, pois se constitui um enclave de agricultores familiares no meio de fazendas de pecuária intensiva. Seus moradores se beneficiaram dos projetos enquanto, fora da APA, as mesmas dinâmicas de desmatamento, queimadas, intensificação da pecuária ou mudança do uso do solo para a agricultura continuam ocorrendo e o controle é quase inexistente.

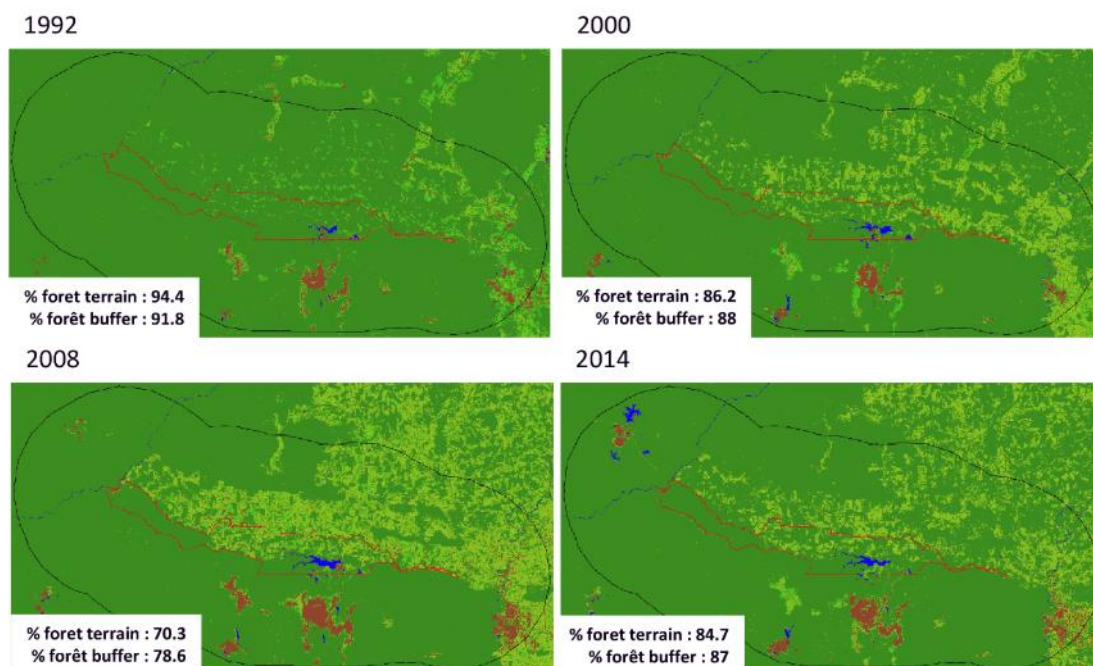
### **Conclusão: em sete anos, o que mudou?**

Em 2014, um novo trabalho de campo, servindo-se das mesmas técnicas utilizadas anteriormente, obtém novos dados. O contexto regional e local se transformaram. O asfaltamento da estrada de Parauapebas para a mina Salobo (Vale) altera a vida na APA; a COOPER muda seu foco social para o de competição segundo regras do mercado, concentrando-se sobre a produção e distribuição de polpas congeladas. A ação social na APA passou a ser realizada pela Estação Conhecimento, sob a responsabilidade da Prefeitura e da Vale (via sua fundação), com o apoio do ICMBIO. A Prefeitura assegura a assistência técnica agrícola e social (escola, merenda escolar e um posto de saúde) e a COOPER não se interessa nem mais pela colheita dos frutos. As reivindicações passaram a ser destinadas à Prefeitura que, em associação com a Vale, procura atendê-las, o que significa, comprar a paz social na região.

O asfaltamento da estrada resultou na redução do tempo de viagem para 40 minutos e não mais de 3-4 horas como antes. Desta maneira, a APA vive sob a influência da cidade, onde os produtores conseguem chegar facilmente e onde sua família reside (facilitada pela implantação de grandes áreas do programa Minha Casa, Minha Vida). Seus lotes dentro da APA servem para os finais de semana. Estes agricultores são unânimes ao afirmar que suas condições de vida melhoraram, atribuindo à rodovia e a oferta de residências na periferia de Parauapebas.

A proporção de área com floresta aumentou, mas também as áreas destinadas as pastagens.

**Figura 3 Evolução de desmatamento na APA e no seu entorno 1992-2014**



Autoria: Damien Arvor, 2014.

Importante ressaltar que a COOPER, que era o ator estratégico em 2007 para a implantação de atividades sustentáveis, alterou significativamente sua estrutura e produção, partindo da identificação de um perfil adequado para a entrada de novos membros e aumentando a taxa de filiação. Com o dinamismo regional e o crescimento de Parauapebas (15,46% entre 2007 e 2010 segundo IBGE), a COOPER não tem problemas quanto a venda de seus produtos, portanto, desinteressou-se de dar a garantia de compra, como fizera anteriormente. Ela fornece incentivos ao plantio, fornece equipamentos, assistência técnica, transporte, adubos e articula diversas parcerias com a Embrapa, Petrobras e FECAT (Federação das Cooperativas da Agricultura Familiar do Sul do Pará), representando em 2014 um ator regional bastante articulado.

A Vale mantém, por meio de sua fundação, a Estação Conhecimento, como centro promotor de estímulos à produção, comercialização e beneficiamento do leite, a capacitação dos agricultores (para a produção do queijo ou para o manejo do açaí ou ainda a piscicultura, manejo do gado, inseminação artificial) e a educação básica. O desenvolvimento da bovinocultura foi um dos compromissos quando da implantação do projeto PADEQ e, por iniciativa da Estação Conhecimento, atendeu 53 produtores, forneceu matrizes da espécie Girolando, cerca elétrica, pastagens, curral, na expectativa da produção de 10 a 15 litros de leite, mas a produção não passou de 5 litros/dia/vaca. Esta situação provocou numerosos conflitos entre produtores e a fundação Vale, com atribuição de falhas uns aos outros: a

qualidade e a adaptação ao clima paraense do rebanho, a qualidade dos cursos, a capacidade dos produtores. Em razão destas tensões o projeto que avança lentamente.

A Prefeitura por meio da SEMPROR (Secretaria Municipal de Produção e Desenvolvimento Rural) tem como foco a criação de condições favoráveis para fixar o produtor e reduzir os custos da produção. Sua atuação visa estabelecer parcerias e convênios para o desenvolvimento local, contribuir à logística do escoamento da produção ao mercado municipal por meio do fornecimento de transporte e da “Casa de Apoio aos Produtores”, manter o programa de mecanização gratuita das terras para conter o desmatamento e queimada de novas áreas para cultivo e dar assistência técnica.

## Referências

ANTONI, Giorgio di. **L’Amazonie globalisée: le programme pilote pour la conservation des forêts tropicales brésiliennes**. 2008. Tese (Doutorado em Développement et Relations Internationales). Institut de Hautes Études Internationales et du Développement, Genebra.

BRANDÃO, J. da Silva. **As Origens de Marabá (1590-1913)**. São Sebastião do Paraíso-MG: ChromoArte, 1998.

DE REYNAL, V. **Agriculture en front-pionnier amazonien, région de Marabá**. 1999. Thèse (doct en Psychologie). INAPG, Paris.

DOUROJEANNI, Marc; PÁDUA, Maria Tereza J. Biodiversidade, a hora decisiva. Curitiba, Editora da UFPR, 2001.

EMMI, M. **A Oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. Belém: UFPA/NAEA, 1999.

KLUCK, Hilmar H. et al. **Marabá**. 1984.

LACHARTRE, Brigitte; LENA, Philippe. **Les ONG en lusophonie**. Terrains et débats, Lusotopie, Paris: Karthala, 2002.

LANDIM ASSUMPÇÃO, Leilah. **“Experiência Militante: Histórias das assim chamadas ONG”**, Lusotopie, Les ONG en lusophonie. Terrains et débats. Paris: Karthala, 2002.

MANCIN, Rinaldo César. **Estado e sociedade na busca do desenvolvimento sustentável em demonstrativos**. 2000. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília, Brasília.

MELLO, Neli Aparecida de. **Políticas públicas territoriais na Amazônia brasileira**. Conflitos entre conservação ambiental e desenvolvimento, 1970-2000. 2002. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo-Université de Paris X Nanterre, Sao Paulo-Paris.

MELLO, Neli Aparecida de; THÉRY, H. Carajás-Parauapebas: conflitos entre modelos de desenvolvimento na Amazônia oriental. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v.19, n.2, pp. 73-88, 2009.

AMADURECIMENTO DAS EXPERIÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:

TRANSFORMAÇÕES RECENTES NA APA IGARAPÉ GELADO/PA

MELLO, Neli Aparecida de; et al. **Et au milieu coule l'Igarapé gelado**. Les paysans, la Cooper, la Mairie et la Vale à Parauapebas (Pará, Amazonie brésilienne).2017. Disponível em : <<https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00261648v2>>. Acesso em 19 de mar.2018.

MORAES, A. Queiroz de. **Pelas Trilhas de Marabá**. São Sebastião do Paraíso: Chromo Arte, 1998.

POCCARD-CHAPUIS, R. **Les réseaux de la conquête**. Filière bovine et structuration de l'espace sur les fronts pionniers d'Amazonie orientale brésilienne. 2007. Thèse (Doctorat en Géographie). Université de Paris, Paris.

Théry, H. De quelques modèles amazoniens. **Cahiers des Amériques Latines**, Paris, n.24, IHEAL, 1997.

VEIGA, I.; OLIVEIRA, M. C.; BENTES, F. Políticas públicas e dinâmicas locais da agricultura no sul e sudeste do Pará. In: Tonneau J.P. e Sabourin E. (orgs.). **Agricultura familiar, políticas públicas e dinâmicas locais**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2007.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de Expansão e Estrutura Agrária**. Estudo do Processo de penetração numa área de a Transamazônica. Zahar 1972;

---

## Sobre os autores

---

**Neli Aparecida de Mello-Théry** – Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG) – Goiânia, Goiás, Brasil; Mestrados em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília (UNB) – Brasília, Distrito Federal, Brasil e em Géographie et Pratique du Développement pela Université de Paris Ouest-Nanterre-La Defense, Paris, França; Doutorados em Geographie pela Université de Paris Ouest-Nanterre-La Defense, Paris, França e em Geografia Humana, pela Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, Brasil; Livre-docência pela Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, Brasil; Professora na Escola de Artes, Ciências e Humanidades e dos programas de pós-graduação em Geografia Humana e Ciências Ambientais da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, Brasil.

---

**Hervé Théry** – Graduação em História e em Geografia pela Université Paris 1, Paris, França; Mestrado em Geografia pela Université Paris 1, Paris, França; Doutorado em Geografia pela Université Paris 1, Paris, França; Livre-docência pela Université Paris Naterre; Professor Visitante da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, Brasil.

---

## Como citar este artigo

---

MELLO-THÉRY, N. A.; THÉRY, H. Amadurecimento das experiências de desenvolvimento sustentável: transformações recentes na APA Igarapé Gelado/Pará **Revista NERA**, ano 21, n. 41, p. 331-352, Dossiê, 2018.

---

## Declaração de Contribuição Individual

---

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos autores **Neli Aparecida de Mello-Théry** e **Hervé Théry**. As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo e resultam do projeto de pesquisa DURAMAZ, financiado pela Agence National de la Recherche – ANR (França) , conforme indicado no referido artigo.

Recebido para publicação em 21 de novembro de 2017.  
Aceito para a publicação em 17 de janeiro de 2018.

---